

## **Manifesto**

Carandá é o nome de uma palmeira brasileira que tem por característica não ser encontrada isoladamente. Para sobreviver, ela tem necessariamente de estar em grupo – ser um coletivo. Essa também é a necessidade dos estudantes na visão da nossa chapa: organizar-se coletivamente para, juntos, construir um movimento estudantil forte que engendre conquistas efetivas, transformando a realidade que nos cerca.

Como a palmeira, temos que ter raízes. E por raízes entendemos uma relação orgânica da entidade com o conjunto dos estudantes, espalhando-se e construindo uma teia resistente no solo em que nos fincamos.

### **Do nosso solo, da universidade**

A sobrevivência, contudo, é dificultada quando se busca crescer em solo que querem esterilizar. Sob a pressão do capital, o papel de universidade pública comprometida com a sociedade que a sustenta, ambiente de desenvolvimento de conhecimento, espaço de reflexão crítica e emancipação é posto em xeque.

Hoje, a universidade evidencia o conflito de projetos antagônicos e que não se encerram nela própria. Ela está no olho do furacão, e sua disputa é a disputa por um outro projeto de sociedade.

Vivemos um período no qual a apropriação do conhecimento – impulsionada pelo atual sistema de educação superior e de produção científica e tecnológica – ganha maior relevância no aprofundamento do capitalismo, basta ver a determinação das grandes empresas na defesa de patentes. A universidade, como espaço privilegiado de produção do conhecimento, converte-se em mais uma peça da engrenagem de reprodução das desigualdades sociais e manutenção do status quo. Processo que, por princípio, deveria combater.

E no rearranjo das forças produtivas, a universidade é retalhada pelo conflito entre público e privado. Mesmo pública (e a educação sendo um dever do estado), ela passa a ser uma organização social prestadora de serviços; a educação, assim, deixa de ser direito e passa a ser tomada como “bem público”, convertida facilmente em mercadoria.

**Na universidade**, essa lógica implica a busca por fontes próprias de financiamento de suas atividades fins – ensino, pesquisa e extensão. Ela começa a ser moldada por critérios industriais de “produção”. Qualidade docente é medida por número de artigos produzidos; novos cursos surgem simplesmente como respostas a demandas de mercado; estudantes são impelidos a ter uma relação clientelista com a universidade, sob a perspectiva de redução da experiência

universitária para além das aulas; prazos de jubramento e da pós-graduação são reduzidos... A universidade sofre uma privatização branca, seja pela presença de fundações privadas de “apoio”, seja pela privatização de suas instâncias decisórias, através de uma estrutura de poder absolutamente anti-democrática que se torna espaço de disputa de interesses particulares de grupos de professores.

O seu tripé ensino-pesquisa-extensão, que deveria ser indissociável justamente porque é nessa constituição que a universidade se torna local de produção de conhecimento, é completamente fragmentado e destruído. O ensino reduz-se à transmissão de informação, a pesquisa orienta-se pelas necessidades do mercado e não pela solução de problemas sociais, e a extensão é tomada ora como uma mera ação assistencialista, ora como forma privada (cursos pagos) de interação com a “sociedade” (ou melhor, a parcela da sociedade a que interessa a esse modelo de universidade se relacionar).

Nessa lógica, a própria estrutura da universidade é desestruturada.

### **Carandá, carandezais**

Contra a desestruturação, nós nos estruturamos. A construção coletiva real parte da premissa de respeito à individualidade, atuando, porém, na perspectiva de sua superação através da ação conjunta. Um corpo orgânico cuja ação coletiva move-se pelo desejo de conquistas e transformações também coletivas. É imperativo que nossa organização seja democrática, horizontal, que se construa no diálogo, mas que não se furte às disputas políticas.

E mais do que palavras, construir um coletivo é trabalho. Cabe a uma entidade geral como o DCE ter os estudantes por interlocutores privilegiados pois, por compartilharmos uma mesma realidade – a universidade – e termos características comuns que nos constituem como grupo, devemos ser os principais protagonistas na luta pela sua transformação.

Acreditamos num Movimento Estudantil autônomo, cujas decisões sejam tomadas nos fóruns do próprio movimento, como assembléias, CCAs, congressos e outros. Autônomo implica que suas entidades não sejam aparelhadas por partidos políticos ou outras organizações, devendo situar-se nas condições dadas de forma consciente e crítica. A autonomia se consolida através de uma prática política cotidiana, democrática, que se funda na liberdade do estudante de se organizar da forma que bem entender, seja filiando-se a partidos ou em outras formas de organização.

O movimento estudantil disputa valores, concepções e ideologias e, portanto, sua abrangência é maior que a própria universidade. Mas, por outro lado, também há de trabalhar dentro da sua especificidade e dos marcos que o fazem um movimento social; há de ter a universidade como palco privilegiado de sua atuação e os estudantes seus principais interlocutores, tomando-os como os agentes da disputa política. Para o Movimento Estudantil, isolar-se na universidade é um erro, como também o é atuar para além dos limites que o

constituem como movimento coletivo.

Entre os diversos campos de luta, destacamos como urgentes dois, que vemos como complementares: a luta pela democratização do acesso à universidade e a contratação de docentes que supram as carências geradas pelo processo de sucateamento e pela expansão dos últimos anos. Pela questão do acesso, reafirmamos a educação como direito, questionando o caráter elitista e meritocrático da universidade (do vestibular à estrutura de poder), trazendo novos agentes para o palco da produção de conhecimento, historicamente dele excluídos. E, no segundo plano, combatemos as políticas de precarização do ensino e da pesquisa através do arrocho orçamentário e da privatização, representada pelas fundações de apoio e cursos pagos. Pretendemos combinar ambas as lutas construindo-as com o conjunto dos centros acadêmicos e dos estudantes, como eixos que organizem as demais pautas do movimento e que resultem em conquistas concretas pelo aumento da participação.

### **Das árvores, pilares**

E de nada vale ter raízes se elas não sustentam uma árvore que se projeta no espaço e desafia as intempéries. Lutar por uma universidade a serviço da necessária transformação social do país é o que defendemos para o movimento estudantil. E, com essa proposta, obrigatoriamente o movimento se insere numa disputa muito maior, numa disputa na qual estão em jogo a civilização e a barbárie. Disputa esta a que ninguém pode se furtar.

Que do nosso solo nasçam carandás, que o coletivo não seja somente condição de sobrevivência, mas opção de quem acredita que só dessa forma estaremos à altura dos desafios colocados.